



Jovens Agricultores

Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

*PAPEL DA AJAP:
AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES
AO SERVIÇO DO SETOR*



*Grande Entrevista
Raul Jorge*

REVISTA TRIMESTRAL **# 104**
OUT|NOV|DEZ| 2015 | Distribuição Gratuita

- 3** EDITORIAL
UM COMPROMISSO E UM PAPEL DE RESPONSABILIDADE
[Eduardo Almendra](#), Presidente da AJAP
- 4** AJAP EM 2015:
O RETRATO DO TRABALHO FEITO AO LONGO DO ÚLTIMO ANO
- 8** DOSSIER CENTRAL
CIRCUITOS CURTOS E ASSOCIATIVISMO
[Pedro Soares](#) | [Deputado do BE](#)
O PAPEL QUE AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES NÃO PODEM PERDER
[João Ramos](#) | [Deputado do PCP](#)
- ASSOCIATIVISMO: O COMBOIO DA COOPERAÇÃO ENTRE PRODUTORES
[Abel Batista](#) | [Deputado do CDS-PP](#)
- AJAP RECEBIDA PELO NOVO MINISTRO DA AGRICULTURA
- 12** CASOS DE SUCESSO
JOVEM AGRICULTOR
[João Tiago Monteiro](#)
JOVEM EMPRESÁRIO RURAL
[João Carvalho](#)
- 16** GRANDE ENTREVISTA
[Raul Jorge](#)
- 19** AGRICULTURA PORTUGUESA, UMA MARCA CADA VEZ MAIS INTERNACIONAL
Missão AJAP no Brasil
Entrevista a [João Leão](#), Vice-Governador do Estado da Bahia
- 21** EM FOCO
Academia Compal. Novos fruticultores
- 23** REFERÊNCIAS DO MUNDO RURAL
Monteval - Conhecer e envolver para desenvolver
- 24** PUBLICIDADE
- 25** INVESTIGAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO
Agroecologia: Juntaram a agricultura à ecologia e o resultado foi este
- 27** ASSOCIATIVISMO
Formação Profissional – Uma aposta contínua



Eduardo Almendra | Presidente da AJAP

UM COMPROMISSO E UM PAPEL DE RESPONSABILIDADE

Recordamos no editorial para este número duas citações que retratam uma visão do presente e um compromisso com o futuro, no que ao papel das organizações agrícolas diz respeito.

“Ao estado compete definir políticas e controlá-las, enquanto às organizações compete prestar serviços aos agricultores” e, “Os agricultores, as suas organizações e a administração que os serve, têm que saber partilhar conhecimentos, informação, funções, responsabilidades, alcançar compromissos, cumprir objetivos”.

Estamos a dar passos seguros, embora lentos, por forma a clarificar o papel das organizações de cúpula, junto das suas associadas e colaboradoras, na identificação das áreas da sua intervenção, bem como na garantia dos meios necessários para que sem sobressaltos, as organizações e o estado exerçam o seu papel no espaço agrícola e rural.

Este compromisso deveria ultrapassar ciclos eleitorais, e devia surgir de entendimentos alargados das organizações agrícolas, partidos políticos, agricultores e sociedade civil.

O papel da AJAP é determinante no presente e futuro, equiparada a confederação, possui mais de 80 entidades associativas protocoladas, o que lhe conferem um estatuto de responsabilidade para com os seus associados e entidades, para com os demais agricultores, a sociedade civil, o estado e as suas instituições representativas.

Este compromisso que muito nos honra é alargado ao exterior, nomeadamente na Europa e na comunidade da CPLP.

A todos desejamos um novo ano de sucesso e prosperidade.

Ficha Técnica

Propriedade e Edição AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º, 1269-128 Lisboa | Tel: 213 244 970

Coordenação Departamento de Comunicação

Secretariado Olga Leitão

Departamento Comercial Olga Sereno

Paginação Miguel Inácio **Impressão** GMT, Gráficos, Lda.

Depósito Legal nº 78606/94 **Registo de Título** nº 116714

Tiragem 10 000 Exemplares **Periodicidade** Trimestral

E-mail ajap@ajap.pt **URL** www.ajap.pt

Distribuição Gratuita

Com o apoio



AJAP EM 2015

O RETRATO DO TRABALHO FEITO AO LONGO DO ÚLTIMO ANO:

2016 acaba de arrancar, e é fundamental perspetivarmos o ano que aí vem, mas não podemos deixar de o fazer sem pensar nos últimos 12 meses de trabalho desenvolvido pela AJAP. Conquistámos, neste período favorável de iniciativas e projetos, novos Jovens Agricultores que fizeram esta organização ultrapassar a fasquia dos 13 mil associados. Nos últimos 3 anos assistimos a muitas entradas de Jovens Agricultores para o setor, continuamos por isso a alertar para a necessidade de um eficaz acompanhamento técnico, e para o problema da comercialização das suas produções. Compete a todos fazer muito mais!



Mantemos a problema da fome como prioridade. O combate à fome e à pobreza no Mundo, a necessidade de produzir alimentos em quantidade para o aumento previsto da população mundial nas próximas décadas, são preocupações que a AJAP entende da maior urgência à escala Global. Iremos continuar a defender esta problemática acima de todas as preocupações inerentes a uma organização com a representatividade e o papel da AJAP.

Há 32 anos com voz na Europa. O último ano foi de consolidação da nossa presença no CEJA - Conselho Europeu dos Jovens Agricultores e na Euromontana, em que é a única instituição portuguesa que representa a agricultura de montanha a nível europeu. O CEJA representa mais de um milhão de Jovens Agricultores em toda a Europa comunitária, um organismo importante onde a AJAP já deteve três vice-presidências.

2015 foi ano de eleições para a AJAP, recuamos a 31 de Março, dia em que Eduardo Almendra, foi eleito o novo presidente da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal. Tem 33 anos, é natural de Agrobom, concelho de Alfandega da Fé, distrito de Bragança, e para além de Jovem Agricultor, assume-se como um Jovem Empresário Rural, figura aliás que a AJAP tem vindo a desenvolver nos últimos anos. Associado da AJAP há 8 anos, é produtor de azeite entre olivais próprios e arrendados, gere aproximadamente 50 hectares, é ainda um pequeno produtor de vinho e de hortícolas em estufa. Ciente do que é ser mesmo Jovem Agricultor, e consciente do que significa dirigir a associação que representa os Jovens Agricultores Portugueses, o novo Presidente assumiu com a nova direção da AJAP o compromisso de defender, junto de todas as entidades e organismos possíveis, as principais necessidades do Jovem Agricultor(JA) e a afirmação do Jovem Empresário Rural (JER).

Para a AJAP o JER, Jovem Empresário Rural vai continuar a ser uma prioridade em 2016. É uma figura que deve ser adotada, urgentemente, porque o paradigma nacional mudou. O JER é um conceito simples, prático e inovador, para que sejam criadas condições para apoiar financeiramente quem quer trabalhar no interior, desenvolvendo atividades que vão para além da agricultura. O que sabemos é que se nada for feito, em 2040 a faixa interior do país, que vai de Trás os Montes ao Alentejo, terá perdido 157 mil habitantes. Se não houver fluxos migratórios, o interior ficará vazio, mas para existir essa transferência de pessoas do litoral para o resto do país, não basta vontade, tem de haver capacidade para captar toda essa gente a ir e ter condições para se fixar efetivamente nas zonas rurais do nosso território.



Ao longo do último ano a AJAP esteve presente em várias audiências com o antigo Governo, nomeadamente com a equipa liderada pela então Ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas. Marcámos presença em diversas reuniões com a Comissão Parlamentar de Agricultura - momentos decisivos para os Jovens Agricultores terem voz junto dos decisores políticos - e terminamos o ano de 2015 a sermos ouvidos pelo novo Ministro da Agricultura, numa audiência que decorreu no passado dia 9 de Dezembro. Manifestámos junto da nova equipa liderada por Capoulas Santos, que esperamos que o novo Executivo consiga inverter uma tendência de afunilamento, quase elitista, a que o setor tem vindo a ser submetido. Expressámos ainda que os Agricultores continuam à espera de uma melhor redistribuição das ajudas comunitárias, e relativamente aos Jovens Agricultores esperamos um aumento do valor do prémio, mais acompanhamento técnico e uma subida do montante aos Projetos de Pequenos Investimentos, verdadeiramente apenas para pequenos agricultores.

É necessário que com um novo Governo, possamos contar não só com um novo Ministro, mas também com Novas Políticas. É com essa perspetiva que encaramos este ano de 2016.

Estamos representados em todo o país. Fechamos o ano de 2015 ligados a 70 entidades - associações regionais protocoladas com a AJAP, que prestam serviços diretamente aos seus agricultores. Em 2016 esta rede AJAP fica alargada a mais dez entidades, serão assim cerca de 80, e desta forma cada vez mais representada na grande maioria dos concelhos do país. A esta representação protocolar, a AJAP possui mais de 30 delegações diretas no país a cargo dos seus técnicos de campo, administrativos e colaboradores.





O dia-a-dia da AJAP. Na sede, em Lisboa, operam 15 membros, que diariamente prestam serviço de apoio e aconselhamento indireto às suas entidades e às suas delegações, bem como diretamente a centenas de Agricultores. Entre a sede e delegações, são recebidas milhares de chamadas telefónicas ao longo do ano e várias centenas de pessoas. No seu conjunto e relativamente às candidaturas anuais (ajudas diretas e de desenvolvimento rural da PAC, Política Agrícola Comum), a AJAP em 2015 apresentou ao IFAP mais de 17 mil candidaturas, representamos.

2015 foi também um ano de afirmação e consolidação da AJAP com o Crédito Agrícola (CA). Um parceiro que se juntou oficialmente desde 2014 aos Jovens Agricultores e aos Jovens Empresários Rurais, tendo sido encontradas com a CA soluções financeiras muito específicas para o apoio à Agricultura e à Agro-indústria. Foi ainda acordada uma vasta oferta de produtos e serviços, para apoiar o Jovem Agricultor, desde a fase de instalação e arranque, até à fase de crescimento e/ou expansão para novos mercados.

Realizámos o 1º Encontro Nacional de Jovens Agricultores: A AJAP abriu um precedente, é obrigatório, a partir de agora, discutir com regularidade as principais prioridades para o setor. As organizações vivem também do debate e do encontro dos vários protagonistas do setor agrícola nacional e internacional. Além de todas as iniciativas e presenças da AJAP nos mais variados debates e seminários sobre o setor, o mês de Julho foi o ponto alto e o escolhido para realizar o 1º Congresso Nacional dos Jovens Agricultores de Portugal. O encontro magno decorreu em Ponta Delgada, nos Açores e foi organizado pela AJAP e pelas associações de Jovens Agricultores dos Açores e da Madeira. Juntámos nesta cidade açoriana, durante 2 dias, 4 antigos governantes, quase 1 dezena de membros do então Governo regional e central, cerca de 20 representantes de entidades e empresas do setor e mais de 400 congressistas, entre Agricultores, Jovens Agricultores, Jovens Empresários Rurais, académicos e membros de entidades ligadas ao setor.





Marcar presença no mercado externo. Os países da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - são uma prioridade. A operação da AJAP vai para além da atividade em território nacional. Ao longo do último ano, estabelecemos protocolos com duas das principais câmaras de S. Tomé e Príncipe. O documento que estabeleceu essa parceria foi assinado no passado dia 28 de Agosto de 2015, e contou com a presença do Cônsul Honorário da República de África do Sul em Portugal, António Schneider, com a Presidente da Câmara distrital de Mé-Zochi, Isabel da Graça Domingos, com o Presidente da AJAP, Eduardo Almendra e com o Vice-Presidente, Pedro Rei. Não ficámos por aqui, e atravessámos até ao outro lado do Atlântico. Realizámos Missões importantes em Moçambique e também no Brasil. Durante o mês de Outubro de 2015, a visita realizada por membros da AJAP permitiu conhecer e expandir o nome dos Jovens Agricultores Portugueses. Estivemos focados na área do Agronegócio no município da Barra, no Estado brasileiro da Bahia.

Olhamos para 2016 com a esperança que este novo Governo represente também um novo paradigma para os Jovens Agricultores e para os Jovens Empresários Rurais, num setor que está em franca expansão, com marca deixada a nível nacional e internacional. A AJAP tem a perspetiva de que o próximo ano será de crescimento e expansão para o setor e para os Jovens Agricultores. É urgente definir uma estratégia no país que garanta o real acompanhamento dos Jovens Agricultores, que dê origem à internacionalização dos produtos desses Jovens e que valorize a presença de produtos portugueses no mercado nacional. É urgente também implementar a figura do JER - o Jovem Empresário Rural.



Pedro Soares | Deputado do BE

CIRCUITOS CURTOS E ASSOCIATIVISMO

O consumo de alimentos produzidos localmente é importante como forma de aumentar a qualidade da alimentação, valorizar os produtos e o rendimento da agricultura familiar. Trata-se dos chamados circuitos curtos agroalimentares que ao nível europeu já constituem uma prioridade da política de desenvolvimento rural.

Foram recentemente aprovados na Assembleia da República quatro projetos de lei (BE, PAN, PEV e PS) que relacionam, precisamente, a produção local com as cantinas públicas. É incompreensível que o Estado forneça milhares de refeições por dia nas suas cantinas (escolas, hospitais, autarquias, serviços sociais, etc.) e nunca tenha existido qualquer critério que vincule os operadores à aquisição prioritária de produtos da agricultura da respetiva região.

As vantagens desta medida são imensas. Desde logo pelo incremento da eficiência energética, porque exige menos consumo de combustível. Combate o despovoamento e o abandono dos territórios rurais e das explorações agrícolas. Contribui para reduzir o défice agroalimentar do país e, conseqüentemente, a balança comercial. Tem ainda efeitos positivos na qualidade da alimentação que pode ser consumida mais fresca e com menos tratamentos de preservação.

Ora a agricultura e, em particular, os pequenos agricultores, enfrentam enormes dificuldades com a crise económica, o esmagamento dos preços e a falta de circuitos de escoamento das produções. A desvalorização do preço que recebem pelos seus produtos e o predomínio das grandes cadeias de distribuição são enormes constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura e dos seus rendimentos.

Estes constrangimentos encontram uma solução tangível se na contratação pública forem valorizados critérios benéficos para a economia, para o ambiente, para o território e para a alimentação, tudo o que está implícito nos circuitos curtos agroalimentares. Ou seja, os operadores das cantinas públicas ficam obrigados a adquirir prioritariamente produtos da região.

Parece quase o “ovo de Colombo”, mas o facto é que nenhum governo tinha implementado esta medida. Com a aprovação das referidas iniciativas legislativas, há condições para que os circuitos curtos ganhem dimensão.

O papel do associativismo na concentração da oferta

Para que a ideia dos circuitos curtos funcione, torna-se essencial montar uma rede de centrais de recolha/ embalagem de produtos da pequena agricultura que proceda à concentração e ao escoamento, sempre que possível ao nível de NUTS III, e garanta o fornecimento às cantinas públicas.

A ampliação das redes de produção e distribuição com origem na agricultura familiar exige uma efetiva articulação entre oferta e procura. Torna-se indispensável concentrar a oferta, naturalmente dispersa em pequenas produções, de modo a possibilitar que os operadores responsáveis pelas cantinas públicas acedam em condições eficientes a esses produtos.

Nesse sentido, deve ser incentivada junto das associações, organizações e federações de produtores agrícolas a criação de centrais regionais de recolha, controlo, embalagem e distribuição de produtos de origem local.

Com o apoio do Ministério da Agricultura, o associativismo deverá assumir papel central na criação e gestão daquelas centrais regionais. Atualmente, os pequenos e até médios produtores dificilmente conseguem constituir Organizações de Produtores.

A criação de OP's exige centenas de agricultores para alcançar os valores mínimos de produção comercializada exigidos legalmente. É preciso introduzir alterações à lei que altere esta situação, mas, no imediato, as centrais regionais de recolha e distribuição de produtos, montadas com apoios públicos e geridas pelas associações de agricultores podem ser uma boa solução.



João Ramos | Deputado do PCP

O PAPEL QUE AS ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES NÃO PODEM PERDER

A organização dos agricultores, como dos cidadãos em geral, elemento central da democracia participativa que defendemos e que está plasmada na Constituição da República Portuguesa, existe para fazer frente às suas dificuldades e para defender os seus interesses e direitos. Mecanismo de autoproteção que tem a grande mais-valia de partida, que é a sua definição e orientação depender exclusivamente dos seus intervenientes.

A história das organizações na agricultura é ampla e diversificada e não deixa de refletir os contextos políticos do país. Os modelos de organização têm refletido as mais variadas formas, mais classistas, corporativos, cooperativos, ou associativos, em função do que os seus atores querem fazer delas, mas também do que o poder político não quer que elas façam. Com o 25 de Abril de 1974, os agricultores tomaram nas suas mãos os destinos de centenas de estruturas que vinham do fascismo e que tinham como objetivo defender os interesses de uma pequena camada de grandes senhores.

Por todo o país, daí para cá, nasceram e cresceram dezenas de estruturas que assumiram nas suas mãos a defesa dos seus interesses e, com isso, a defesa do setor.

No passado recente, dando corpo a um caminho de desresponsabilização e esvaziamento do papel do Estado, temos assistido à introdução de alterações, que têm passado pelo reforço de um modelo de Organizações de Produtores para fazer face à comercialização e a atribuição às associações de um papel de prestação de apoio e enquadramento técnico

da atividade agrícola. As associações estão sobrecarregadas de funções administrativas e técnicas, importantes sem dúvidas, em que são chamadas a substituir o Estado, sem que sejam devidamente compensadas pela assunção de tais competências. A AJAP, no decurso dos últimos anos - em que as candidaturas dos jovens agricultores eram utilizadas para ilustrar o sucesso das políticas agrícolas, sem que verdadeiramente os governantes quisessem fazer uma avaliação séria

do contexto e resultados desses processos de instalação - muito justamente foi chamando a atenção para a necessidade de os serviços do Estado manterem e reforçarem o seu papel de enquadramento e apoio, que de forma nenhuma pode ser integralmente substituído por uma entidade associativa.

Esta chamada de atenção da AJAP dá-nos o mote para refletir sobre o papel das associações de agricultores no presente e no futuro. Independentemente das competências que possam vir a

desempenhar - e nós somos dos que entendemos que não se devem substituir ao Estado - as organizações representativas dos agricultores nunca devem perder o seu papel de intervenção política. Política, não no sentido partidário, mas no sentido de reivindicação e defesa dos interesses dos setores que representam. Isto é tão mais necessário quando o Estado, "afogando" as organizações com as suas competências, retira espaço para a sua componente política no sentido atrás descrito. E enquanto a maioria das organizações se embrenha nisto, há outras a quem vão sendo dados recursos e espaço, para substituírem o Estado e determinarem as opções políticas, muito mais do que aquilo que deviam.

“
Independentemente das competências que as associações possam vir a desempenhar (...) nunca devem perder o seu papel de intervenção política.
”



Abel Baptista | Deputado do CDS-PP

ASSOCIATIVISMO: O COMBOIO DA COOPERAÇÃO ENTRE PRODUTORES

Apesar de Portugal não ser tradicionalmente referido como exemplo de associativismo, quicá por ser um país de pequena propriedade que gera mais individualismo, os números mais recentes mostram-nos uma tendência para a inversão desta realidade. Para isto em muito tem também contribuído o papel das associações/ federações/ confederações de agricultores que, através da racionalização de recursos, fazem com que os seus associados adquiram escala e, consequentemente, uma influência de outro modo inatingível: dos pequenos agricultores, muitas vezes praticantes de uma agricultura de subsistência ou auto-consumo, aos grandes produtores ou produtores mais profissionais, é hoje por todos reconhecido o papel do associativismo na obtenção de melhores condições de vida e na eficiência da produção.

Através da cooperação formal entre os diversos intervenientes no setor, é possível alavancar a capacidade produtiva existente, tornando acessíveis mercados que são muitas vezes o garante da sustentabilidade económico-financeira das explorações. A existência de estruturas associativas das quais todos beneficiam aliada à troca de experiências permitem que o potencial de cada empresário agrícola seja utilizado de forma mais eficiente e eficaz, permitindo atingir um maior retorno com menores custos.

Por outro lado, também as explorações maiores se reveem nas vantagens do associativismo, num mercado cada vez mais global e competitivo. É evidente que a pequena dimensão poderá ser à partida a que mais vantagens poderá

retirar do associativismo mas é igualmente válido o contributo destas organizações para a resolução da panóplia de problemas que se vai colocando também nos níveis de produção mais elevados.

Só em organizações associativas pode o setor criar corpo e escala para negociar políticas públicas, seja em casos setoriais,

seja no âmbito da concertação social. Foi também por este motivo que na negociação do PDR - Programa de Desenvolvimento Rural - se conseguiu incluir majoração para apoio aos projetos de agricultores que estejam agrupados em organizações de produtores.

No caso da AJAP, como associação especialmente vocacionada para jovens, seja como associados, seja como dirigentes, tem especial relevância para o setor porque é aquele onde a agricultura portuguesa tem bastantes fragilidades. Fragilidades não pelos jovens agricultores, mas pela sua pouca repre-

sentação no setor, por isso a anterior Ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, dedicou especial atenção ao apoio e promoção de jovens agricultores, seja no âmbito da instalação, seja no apoio ao escoamento dos seus produtos, incluindo a sua internacionalização.

Outras haverá mas estas são algumas das razões pelas quais o apelo ao associativismo é uma realidade cada vez mais forte no nosso país, não podendo os agricultores portugueses deixar de entrar no comboio da cooperação formal entre produtores.

“
Através da cooperação formal entre os diversos intervenientes no setor, é possível alavancar a capacidade produtiva existente, tornando acessíveis mercados que são muitas vezes o garante da sustentabilidade económico-financeira das explorações.
”

AJAP RECEBIDA EM AUDIÊNCIA PELA NOVA EQUIPA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Uma melhor redistribuição das ajudas comunitárias, aumento do valor do prémio aos Jovens Agricultores, aumento do montante aos Projetos de Pequenos Investimentos, e especial atenção ao desenvolvimento rural, incluindo o reconhecimento e enquadramento financeiro para o JER – Jovem Empresário Rural. Estas foram as linhas orientadoras expostas pela AJAP na audiência com o novo Ministro da Agricultura, Capoulas Santos, no passado dia 9 de dezembro de 2015.

A agricultura ganhou visibilidade, é certo, mas perde em muito do território atendendo ao enfoque atribuído a zonas bem definidas, e a determinados modelos de explorações. Daí vincarmos a necessidade de ultrapassar tabus no ministério, no definir de políticas capazes de mexer no país das diferentes regiões, e não apenas em algumas regiões do país. Importa neste novo ciclo centrar a política agrícola, nos agricultores, nos jovens e no território. O abandono, a desertificação, a limpeza de matas e florestas, os produtos de qualidade superior e muitas tradições culturais podem perder-se, caso a atenção seja displicente, se o estímulo se traduzir em cortes no investimento, e se majorar tiver tratamento igual em todo o país. Sem nunca prejudicar os mais competitivos, as políticas a rever devem privilegiar os mais frágeis e as regiões com *handicaps* particulares. Estes são princípios essenciais para a AJAP, por eles e nomeadamente pelos Jovens, que podem sempre contar com o nosso empenho e determinação.



Estas são as principais propostas que a AJAP apresentou na audiência com o Ministro da Agricultura.

Alteração no montante do prémio base ao Jovem Agricultor

A AJAP gostaria de ver concretizado o aumento do montante do prémio base ao Jovem Agricultor, como reivindicado ao anterior Governo, e conforme consta agora no programa eleitoral do Partido Socialista:

"Elevar de 15.000€ para 20.000€ o valor mínimo do prémio à primeira instalação para os jovens agricultores."

Acompanhamento na instalação e pós-instalação dos Jovens Agricultores

A AJAP considera fundamental que o acompanhamento na instalação e pós-instalação dos Jovens Agricultores passe pelo compromisso associado logo no formulário do projeto de instalação, em que as despesas com o acompanhamento são elegíveis e financiadas.

A majoração atribuída às OP(s)/AP(s) em todos os projetos mas principalmente nos de JA/Majoração atribuída às Zonas Desfavorecidas

Consideramos a majoração de 10% ao investimento bastante elevada. No entanto, a AJAP pode até concordar com a intenção, contudo importa atender à realidade nacional, não podemos passar do 8 para 80 de uma forma abrupta, além de ser extremamente prejudicial para umas regiões em detrimento de outras.

Importa considerar a proposta da AJAP que consiste em retirar 5% da majoração pelo facto do Jovem pertencer à AP/OP, numa lógica de transferência da percentagem para as "regiões desfavorecidas", que passariam a ter 15%.

Montante máximo nos projectos aos Pequenos Investimentos

A AJAP gostaria de ver concretizado o aumento do montante de apoio aos projetos de Pequenos Investimentos, como reivindicado ao anterior Governo, e conforme consta agora no programa eleitoral do Partido Socialista:

"Elevar de 25.000€ para 40.000€ o montante máximo elegível dos projetos de investimento para os pequenos agricultores."

JOVEM AGRICULTOR

Portugal tem produtos agroalimentares que competem em qualidade com o que de melhor se faz no mundo, conseguindo concorrer em diversas matérias nos mercados internacionais. Nesse sentido, João Monteiro, criou um negócio agrícola que produz várias culturas, que se expandiu não só por solo nacional, como também internacional.

O que para muitos é uma miragem ou simplesmente a razão para desistir devido ao excesso de burocracia (vista como barreira à candidatura), no caso de João Monteiro foi um processo levado avante. A sua candidatura demorou cerca de um ano para ser aprovada, *“o que na altura foi angustiante e condicionou algumas decisões que tinha que tomar”*, no entanto, nunca pensou em desistir, pois estava bem ciente daquilo que queria fazer.

Sem conhecer ninguém na área agrícola, nem com familiares ligados ao ramo, o espírito empreendedor deste Jovem Agricultor, manifestou-se antes de avançar com o projeto, onde o contacto com as indústrias foi dando lugar ao surgimento de uma excelente oportunidade.



PERFIL

Nome: João Tiago Monteiro

Idade: 26 anos

Habilitações: Licenciado em engenharia agronómica

CARACTERIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO

Ano de Instalação: 2009

SAU: 8 ha

Local: Rio maior

Especialização Produtiva: horticultura, horticultura industrial

Mão-de-Obra Permanente: o próprio, em época de campanha mais 3 a 4 pessoas

Quais foram os motivos que o levaram a enveredar pela atividade agrícola, especificamente pela horticultura e posteriormente à vertente horto-industrial?

Na zona onde se encontra instalada a minha exploração, a grande maioria dos agricultores produzem tomate de indústria, o que envolve muita maquinaria. Como estava a iniciar no mundo da agricultura e não tinha possibilidade de adquirir tais equipamentos, optei por fazer culturas industriais mas que exigissem menos equipamentos e por essa razão optei pelas culturas do pimento, courgette e brócolos.

A que produção ou produções se dedica e o porquê dessa escolha?

No início da atividade optei por produzir essencialmente pimento e brócolos para indústria, entretanto aos poucos fui fazendo outras culturas em menor escala como a cebola e a abóbora (menina e *butternut*), e estas eram vendidas para o mercado em fresco, nomeadamente mercearias, restaurantes e distribuidores de cadeias de hipermercados, e aos poucos estas culturas foram ganhando expressão. Hoje em dia grande parte da nossa produção é para fornecedores dos hipermercados nacionais.

Na sua exploração introduziu algum tipo de inovação? Em que medida contribuiu para o sucesso e desenvolvimento da exploração?

A exploração neste momento não tem uma cultura predominante. No entanto na Primavera/Verão produzimos pimento,

courgette, abóbora e beringela e no Outono/Inverno couve brócolo, coração e cebolas, e todos os anos temos vindo a adquirir equipamentos novos, tais como pulverizadores para melhores tratamentos fitossanitários a fim de obter produções superiores e mais rendimento, além de outras diversas máquinas de modo a facilitar os trabalhos e a tornar cada vez mais rentável a exploração.

Como surgiu a oportunidade de escoar para as grandes indústrias?

A oportunidade do escoamento para as indústrias surgiu através de pesquisa, porque não conhecia ninguém na área, nem tenho família ligada à agricultura que me pudesse ajudar. No início do projeto, antes de decidir avançar, fui diretamente falar com as indústrias para tentar perceber se conseguiria arranjar contratos para escoamento dos produtos que pretendia produzir. Como obtive uma resposta favorável então avancei com a ideia.

A qualidade e quantidade dos produtos que produz também se destina à exportação ou a aposta é apenas no mercado nacional?

Neste momento uma grande parte dos nossos produtos são para exportação, nomeadamente através das indústrias que fornecemos, em que o produto entregue é não só para o mercado nacional mas grande parte para mercados estrangeiros, como a Inglaterra no caso da abóbora *butternut*.

A qualidade do produto tem sido adaptada de forma a mudar as necessidades dos consumidores?

Sim, sobretudo na escolha das variedades a plantar porque atualmente o consumidor é cada vez mais informado e exigente na qualidade do produto, por isso temos vindo a melhorar e a mudar a forma como produzimos. Para 2016 está previsto ser implementado na exploração a certificação Global Gap que é uma mais-valia na segurança alimentar para o consumidor.

O Quadro de Apoio à Instalação funcionou como um incentivo à sua candidatura?

Claro que sim, como mencionei anteriormente, não tinha ninguém ligado ao mundo agrícola, e o quadro comunitário veio funcionar como “empurrão” inicial, pois serviu para adquirir maquinaria que sem esse apoio seria muito difícil obter.

Que etapas foram tidas como críticas desde o processo de candidatura até à instalação do projeto?

As etapas mais críticas do meu projeto começaram logo quando procurei alguém que me aconselhasse. Ultrapassada esta fase foi o longo tempo de espera até à aprovação do meu projeto. Depois como qualquer empresário que pretende vender os seus produtos, foi encontrar escoamento para os mesmos, e manter-me no mercado a preços justos e competitivos.

Deteta-se a ausência de um sistema de aconselhamento e acompanhamento no terreno, de forma continuada, e particularmente nos primeiros anos de atividade. Esta “falha” teve algum impacto para si?

Sim, penso que a falta de apoio e também de alguma informação é uma grande lacuna no nosso sistema, pois o agricultor não é só alguém que produz, mas é também um empresário e nem sempre quando se começa é fácil estar dentro de determinados assuntos (ainda mais quando se tem 18 anos e se está a iniciar esta atividade), já não falando na parte do apoio à produção que

é inexistente... Por isso é que mais tarde acabei por aderir a uma OP (organização de produtores), o que facilita o trabalho junto das indústrias e no apoio prestado à produção.

Relativamente à formação dos Jovens Agricultores, pensa que as políticas existentes poderiam ser melhoradas?

As políticas podem e devem ser melhoradas, pois se tal não acontecer sujeitamo-nos a ficar parados no tempo. Em relação aos jovens agricultores, deveria existir mais apoio na elaboração do projeto de instalação e posteriormente no seu acompanhamento. A meu ver os apoios deverão ser dados como ajuda à produção e à comercialização. O mercado e a lei da procura e da oferta não é fácil e muitas vezes os jovens ficam sem saber onde escoar o produto e a que preço... É por se depararem com tantas dificuldades que muitos jovens nem chegam a iniciar.

Tendo em conta a sua experiência, quais são os fatores de sucesso das primeiras instalações dos Jovens Agricultores? Que conselho gostaria de deixar aos jovens que equacionam investir no meio agrícola?

Primeiro saberem realmente qual a área em que querem trabalhar, depois quais os produtos que querem produzir e se esse produto é facilmente vendido, e qual o preço a que costuma ser vendido.

No seu caso, qual tem sido o apoio da AJAP, enquanto entidade representativa do setor agrícola e particularmente do Jovem Agricultor?

A AJAP foi fundamental para a minha instalação como jovem agricultor, pois já tinha tentado outras entidades para procederem à realização da minha candidatura e o *feedback* obtido não foi o melhor. O mesmo não posso dizer da AJAP que sempre me apoiou e me aconselhou de acordo com as minhas expectativas. Esta relação mantém-se até hoje.





JOVEM EMPRESÁRIO RURAL

Para quem continua a pensar que o enoturismo é uma atividade que apenas se desenvolve nos dois extremos do país, Alentejo e Douro, desengane-se. Se em tempos a região vitivinícola da Estremadura pode ter sido subestimada, atualmente é aquele bilhete para uma viagem aprazível, na companhia de um bom copo de vinho na mão, de gastronomia de qualidade na mesa e ainda de cultura diversificada.

Esta é a combinação que a *Vitis Route* tem para “oferecer” na zona de Alenquer, pela mão de João Carvalho. Jovem Empresário Rural, que apostou numa atividade em franca expansão e com muito potencial, o enoturismo com componente histórico-cultural e gastronómica.

Oriundo de uma família com longa tradição vitivinícola - Quinta do Lagar Novo - o interesse deste jovem pelo “néctar dos deuses” é responsabilidade do pai que sempre o impulsionou nesse sentido, “fui beber dessa paixão junto dele, de me sentir bem quando estou na vinha.” O entusiasmo de João Carvalho traduz-se num projeto implementado em 2007 para dar resposta ao turista “interessado em conhecer os vinhos junto ao seu local de produção: prová-los, comprá-los e até mesmo levá-los para o seu país de origem.”

Com um grande dinamismo e uma oferta diversificada, cada tour que a *Vitis Route* proporciona é ímpar e personalizada, mostrando “acima de tudo que a região de Lisboa (Oeste) tem excelentes vinhos!”

Se a ideia é explorar os vinhos Portugueses, num ambiente descontraído, esta é a melhor forma de o fazer. À vinha e ao vinho, a *Vitis Route* junta a melhor gastronomia, paisagens soberbas, a história, a religião e um acolhimento de excelência, ingredientes para uma estadia tranquila, a meia hora de Lisboa.

São sete as quintas que fazem deste projeto. O difícil é escolher onde participar nas vindimas, fazer um pic-nic na vinha ou jantar numa Adega. E porque não chega ser viticultor ou enólogo por um dia, a *Vitis Route* aposta ainda na prestigiada costa de prata e leva os enófilos numa viagem única pela zona das praias e pela gastronomia local aliada, claro, a uma combinação perfeita com os vinhos.

Nome: João Carvalho

Idade: 34 anos

Habilitações: Técnico Agrário

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

Ano de Instalação: 2007

Localização: Alenquer

Freguesia: Triana

Concelho: Alenquer

Distrito: Lisboa

Domínio Intervenção: Enoturismo

Postos de Trabalho permanentes: 1



Quais foram os motivos que o levaram a enveredar por este projeto?

Foi um processo quase natural. A área do turismo sempre me fascinou e por isso decidi aliar esse interesse ao negócio da minha família, os vinhos Quinta do Lagar Novo. Foi assim que nasceu a *Vitis Route*.

Candidatou-se a algum tipo de medidas (programas do Estado) para a instalação do projeto?

Estou a desenvolver um projeto/plano de negócios para me candidatar a esses apoios.

Quais foram as etapas percorridas entre a fase inicial da ideia até à concretização do projeto?

A *Vitis Route* nasce de uma conversa com os meus pais, a lareira, numa altura em que ainda pouco se falava de enoturismo em Portugal. Desde então comecei a desenvolver a ideia, os tours, a marca (*Vitis Route* ou estrada de vinhas tal como vejo a minha região).

Senti que era urgente, as quintas mudarem a sua filosofia conservadora e abrirem os portões das suas vinhas e adegas.

Dentro desse processo, quais foram as maiores dificuldades?

As Quintas! Ao início foram poucas as que mostraram abertura para abrir as portas.

Sem inovação não há progresso. Em que medida é que o projeto *Vitis Route* é inovador?

No início, quando comecei a imaginar os *tours*, uma coisa sabia: queria que a *Vitis Route* marcasse a diferença. Os *tours* são todos feitos por mim, no terreno. Acredito que com a minha experiência na área das vinhas e vinhos o passeio fica mais completo. Além disso, temos passeios exclusivos, personalizados, de forma a ir ao encontro do que cada cliente pretende.

Que atividades são desenvolvidas pela *Vitis Route*?

O enoturismo é a principal, mas abordamos também a vertente cultural e gastronómica. Gostamos que os turistas provem a cozinha local. Além disso fazemos atividades para empresas ou outros grupos privados sempre com a vertente única como ponto central.

Há um grande dinamismo e uma oferta diversificada...

Tentamos dinamizar o mais possível os nossos tours. Não há um tour igual ao outro, temos pacotes para todos os gostos. Desde o *standard* para aquele que agora está a dar os primeiros passos no mundo do vinho, até a pacotes mais específicos para os chamados *entófilos* e *connaisseurs*.

Sendo a *Vitis Route* uma empresa que se dedica ao enoturismo, com componente cultural e gastronómica, que tipo de parcerias desenvolveu neste âmbito?

Para tornar os tours mais atrativos, achei que era necessário completar as degustações de vinhos com boa gastronomia. Por isso, trabalho com vários restaurantes onde sei que a qualidade

é garantida. No que diz respeito à vertente cultural, fazemos uma passagem pelas vilas de Sintra, Ericeira, Óbidos e Alenquer, dependendo sempre das quintas a visitar.

O facto da *Vitis Route* explorar a região vitivinícola de Alenquer e estar nas proximidades de Lisboa, tem funcionado como “mecanismo” para atrair mais visitantes?

Sem dúvida alguma! É uma grande vantagem estar a apenas 30 minutos da capital, onde aterra a maior parte dos turistas que entra em Portugal. Esta proximidade é também uma vantagem no sentido em que rapidamente o nosso cliente está num ambiente diferente da cidade, um ambiente relaxante, por entre vinhas e vinhos.

Quem são as pessoas que mais procuram os programas que a sua empresa proporciona?

Quase na totalidade estrangeiros, muitos americanos.

As expectativas que tinha quando implementou o projeto, já estão a corresponder ao esperado?

Tenho sentido uma evolução na empresa, até mesmo nos tours, mais bem organizados, mas ainda está um pouco longe do que pretendo. Gostaria que a *Vitis Route*, fosse uma referência na região Oeste!

Tem perspetivas de ampliar o negócio?

Acho que qualquer pessoa que inicia o seu próprio negócio, ambiciona vê-lo crescer e eu não sou diferente. Gostava que a *Vitis Route*, a médio prazo, crescesse para outras regiões vitivinícolas do País, como por exemplo, o Alentejo, os Vinhos Verdes, o Douro, Dão e até mesmo a Bairrada com os seus espumantes.

Atualmente é um desafio “pensar rural”. O que acha que pode ser feito em Portugal para promover e incentivar os jovens a regenerar áreas nacionais mais desertificadas e que se encontram fora das metrópoles?

Acima de tudo fazem falta maiores incentivos para conseguirmos fazer face aos custos de produção, para que sejamos mais competitivos. Outra das dificuldades passa pela burocracia, que atrasa alguns processos.

Tendo em conta a sua experiência, que conselho gostaria de deixar aos jovens que equacionam investir no meio rural com vista a tornarem-se Jovens Empresários Rurais?

Precisam de paixão, ambição e persistência. Se formos profissionais e tivermos uma oferta atraente e diferenciada, o sucesso está mais próximo!

www.facebook.com/vitisroute

Raul Jorge: é licenciado em Agronomia, na especialidade de agro-pecuária, pelo ISA/UTL. Mestre em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Doutorado em Engenharia Agronómica é Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Tem desenvolvido a sua atividade na área da economia agrária e das políticas agrárias e do desenvolvimento rural.

1. Há um novo Governo no país, considera que estamos também perante um novo ciclo no que diz respeito às próximas opções políticas agro-rurais?

Com a mudança de Governo foram adotadas novas orientações estratégicas e novas prioridades para a economia do país. É pois de esperar que isso se reflita em novas opções no que toca às políticas setoriais. No entanto, estando as políticas agro-rurais em Portugal muito condicionadas pela Política Agrícola Comum (PAC) e estando em execução há apenas um ano um novo Programa de Desenvolvimento Rural – o PDR 2020 –, não me parece que possamos falar de um novo ciclo de políticas para a agricultura e o desenvolvimento rural.

Naturalmente é expectável que o novo Governo introduza algumas reorientações nas políticas para o setor e que tente reformular algumas das medidas do PDR 2020. Mais a mais, coincidindo a entrada do novo gabinete com o final do primeiro ano de implementação deste novo programa de políticas comunitárias, certamente o Ministério da Agricultura, Florestas e do Desenvolvimento Rural (MAFDR) não deixará de corrigir algumas deficiências já identificadas na sua execução, sem que isso represente uma mudança de orientação que ponha em causa a estabilidade do quadro institucional em que atuam os agricultores e os agentes do desenvolvimento rural.

2. Na sua opinião, quais são as prioridades que este novo Executivo tem pela frente?

Para além da regularização de algumas situações pendentes, uma das primeiras tarefas que o novo MAFDR deverá enfrentar é, quanto a mim, a revisão de algumas opções feitas pelo anterior Executivo em matéria da aplicação a Portugal da PAC pós-2013. No âmbito do Primeiro Pilar, como na reorganização e implementação do próprio PDR 2020, o Governo tem de pôr em prática as medidas mais emblemáticas que constam do Programa do Governo, como sejam, a título de exemplo, o maior equilíbrio na distribuição dos pagamentos diretos, o reforço do apoio à pequena agricultura e aos jovens agricultores, os incentivos ao empreendedorismo rural e a aposta no regadio. Findo o primeiro ano de execução, é o momento para ajustar o PDR 2020 à estratégia do Governo, adequando as medidas nele previstas às suas

prioridades e critérios, corrigindo o que está a correr menos bem e assegurando a sua eficiente e célere implementação.

De outro ponto de vista, e tendo em consideração que a aposta estratégica dos últimos anos se centrou no crescimento da produção, visando a melhoria da nossa balança alimentar, considero que é urgente repor o equilíbrio entre o objetivo da valorização económica da produção agrícola e florestal – que continua a ser um dos eixos da política deste Governo – e a promoção do desenvolvimento rural e da coesão territorial, outro daqueles eixos.

Num país agricolamente muito diferenciado como o nosso, a par de uma agricultura competitiva, grande parte do território permanecerá ocupado por outra ou outras agriculturas que podem desempenhar funções particularmente importantes como as ambientais, de apoio ao desenvolvimento territorial, de aproveitamento dos recursos para os mercados regionais e locais e de fixação da população rural e atração dos mais jovens.

Temos de ser capazes de levar a cabo uma verdadeira política de desenvolvimento rural, integrada e inclusiva dos territórios e das pessoas.

3. A AJAP manifestou recentemente que tem esperança que este novo Ministério consiga “inverter uma tendência de afunilamento, quase elitista, a que o setor tem sido submetido”. Concorda com esta afirmação e considera que esta deve ser uma questão prioritária?

As políticas seguidas recentemente estiveram, quanto a mim, demasiado focadas no objetivo do equilíbrio da balança comercial, resultando daí uma preocupação, possivelmente exagerada, com o aumento da produção agrícola. Esta aposta no aumento das exportações e na substituição de importações, ao privilegiar os setores, as regiões e os agricultores mais competitivos, pode ter efetivamente esquecido aqueles que lutam com maiores dificuldades nas suas relações com o mercado mas que, reconhecidamente, desempenham funções não menos importantes.

Neste quadro, e conforme disse antes, penso que é urgente apostar prioritariamente em políticas públicas focadas nos objetivos da coesão territorial e social do país, especialmente ao nível dos territórios rurais mais frágeis. Estou a referir-me a medidas previstas



Neste quadro, e conforme disse antes, penso que é urgente apostar

no programa deste Governo e que considero prioritárias, nomeadamente, o apoio à pequena agricultura, o reforço do apoio aos jovens agricultores, o rejuvenescimento do tecido social das zonas rurais, e a promoção e reforço das organizações e estratégias de desenvolvimento local.

4. Este é o tema central desta edição, e por isso questiono: na sua perspetiva, qual o impacto do trabalho desenvolvido pelas organizações de associados junto dos agricultores?

A meu ver, as associações de produtores em geral têm um papel essencial junto dos seus associados, enquanto promotores da modernização e do dinamismo do tecido empresarial do setor e da sua maior integração no mercado nacional e internacional, tendo em vista a consolidação e o fortalecimento de uma agricultura mais competitiva. Em particular a AJAP tem um papel muito importante no acompanhamento da instalação dos jovens agricultores e na monitorização dos projetos, fundamental para garantir o seu sucesso e evitar o seu abandono, comprometendo o desejado rejuvenescimento da agricultura portuguesa.

Por vezes, em resultado da crescente complexidade e burocracia associadas à implementação das políticas, nomeadamente às medidas de apoio ao rendimento, as associações foram remetidas para meros intermediários entre os organismos pagadores e os seus associados, comprometendo assim o seu verdadeiro e importante papel junto destes.

No que se refere ao trabalho a desenvolver junto dos jovens agricultores, são hoje conhecidos os factores de sucesso e insucesso da sua instalação, pelo que a AJAP tem nestes campos um papel fundamental a desempenhar. Em particular destaco a importância da formação ao nível das diversas áreas em que o jovem agricultor tem de estar hoje preparado enquanto empresário rural – produção agrícola, animal e florestal, gestão e comercialização, internacionalização, diversificação de atividades, entre outras.

5. O papel técnico e de aconselhamento junto dos produtores, que tem vindo a ser desempenhado no terreno por entidades como a AJAP, é na sua opinião, um papel que caberia ao Estado desenvolver?

Ao longo das últimas décadas, o Estado tem vindo a reduzir a sua presença no terreno e delegado nas organizações de agricultores o papel técnico e de aconselhamento que antes lhe cabia quase em exclusivo. Esta tendência acentuou-se, talvez excessivamente, em consequência das dificuldades financeiras que o Estado tem vindo a viver. Seria, quanto a mim, saudável que se encontrasse um equilíbrio em que o Estado e as associações de agricultores colaborassem em parceria no desempenho destas importantes funções, numa estratégia de proximidade àqueles que são a razão de ser central da sua existência.

6. A assunção de competências técnicas e a sobrecarga de trabalho que as organizações de associados enfrentam, retira espaço e

capacidade para estas entidades fazerem aquele que seria o seu principal papel, o da intervenção política no que diz respeito à defesa dos direitos dos agricultores?

Discordo que às associações caiba, acima de tudo, um papel de defesa dos direitos dos seus associados. Como disse antes, o seu principal papel é o de contribuírem para o desenvolvimento da nossa agricultura, apoiando os agricultores no seu esforço de modernização e inovação e contribuindo para o desenvolvimento de um tecido empresarial mais competitivo e dinâmico. Na medida em que cumprirmos este primeiro e grande objetivo, é claro que estarão dessa forma a promover a melhoria das condições de vida e de desempenho da atividade dos seus associados.

Quanto às condições em que as associações desempenham estas funções, e como já disse, estou de acordo que nem sempre o seu foco de atuação favorece esta perspetiva e seria importante que no futuro houvesse um reforço desta preocupação, em linha com os objetivos do PDR 2020.

7. Em relação à atual crise que se vive no setor da suinicultura, Bruxelas já garantiu ajudas aos produtores, e por cá foi criado pelo Ministério da Agricultura um gabinete de crise, além de terem sido feitos apelos para o consumo de carne de porco nacional. Considera esta estratégia eficaz para o setor resolver os problemas dos baixos preços e a dificuldade em escoar o produto?

O setor da carne de suíno é ciclicamente afetado pela queda acentuada e prolongada dos preços de mercado, devido, muitas vezes, a fatores externos que não controlamos, como seja o excesso de oferta a nível comunitário. É esta situação que o setor vive atualmente e para a qual era urgente encontrar medidas de mitigação dos efeitos negativos, o que, em minha opinião, passa por uma maior colaboração entre os vários elementos da cadeia de valor: produção, indústria e distribuição.

A criação de um gabinete de crise envolvendo representantes daqueles três elos da cadeia produtiva é, em minha opinião, uma medida de curto prazo adequada que deve ser reforçada pela exploração de novos mercados para escoamento da produção.

8. O PRODER esgotou as verbas antes do prazo final. Que leitura é que pode ser feita sobre esse facto positivo do investimento que está a ser aplicado na agricultura portuguesa?

Nos últimos anos a agricultura portuguesa viveu, em contraciclo relativamente aos restantes setores da economia portuguesa, um período de algum entusiasmo que se traduziu efetivamente a nível do investimento no setor. Isso foi acompanhado por uma mudança generalizada de atitude relativamente a este setor, tantas vezes esquecido ou maltratado, que é em si positiva. Mas estamos longe de uma inversão das tendências depressivas do passado. Para fazermos crescer o setor e consolidar a sua competitividade há ainda muito a melhorar, nomeadamente ao nível da rentabilização

dos investimentos, tanto privados como públicos, que têm sido feitos.

9. Como é que avalia, até esta altura, a execução do atual PDR 2020?

Após a sua aprovação tardia pela Comissão Europeia, já em dezembro de 2014, final do primeiro ano do período de programação, foi feito um esforço apreciável por parte da Autoridade de Gestão para fazer a transição entre os dois programas de financiamento e operacionalizar o PDR 2020 que apresenta atualmente um nível de execução apreciável se tivermos em conta que se trata do seu primeiro ano de implementação.

Naturalmente nem tudo correu bem. Por exemplo, com a preocupação de agilizar a execução do Programa, poderá ter-se limitado o impacto de algumas medidas e, eventualmente, ter comprometido até novas candidaturas nos anos que se seguem. Importa, por isso, fazer agora o balanço deste primeiro ano e corrigir o que há a corrigir para relançar o Programa, por forma a dar resposta ao forte dinamismo do setor agroalimentar e florestal, traduzido no elevado número de candidaturas submetidas às medidas disponibilizadas até agora.

10. Os 140 mil euros de investimento, que está a ser exigido aos jovens agricultores, pode prejudicá-los, por não terem capacidade de fazer um investimento desta envergadura?

De acordo com a regulamentação do apoio à primeira instalação (medida 3.1), o prémio no valor de 15 mil euros será majorado em 75% se efetivamente o investimento total por jovem for igual ou superior a 140 mil euros. Estão, no entanto, previstas majorações mais baixas (25% e 50%) para investimentos inferiores (investimentos entre 80 e 100 mil euros e entre 100 e 140 mil euros, respetivamente). Além disso, quando o beneficiário for membro de agrupamento ou organização de produtores reconhecido no setor relacionado com a instalação, será atribuída uma majoração suplementar de 5 mil euros. Note-se ainda que o jovem pode simultaneamente concorrer aos apoios aos investimentos nas explorações agrícolas (medida 3.2).

Num quadro de corresponsabilização do jovem agricultor, quer ao nível da sua formação, quer ao nível financeiro, quer ainda ao nível da participação no mercado através de Organizações de Produtores, estas condições parecem-me, à partida, adequadas. Uma maior exigência reverterá num menor número de situações de fracasso e abandono por parte dos jovens que se sentem atraídos pela agricultura, o que deve ser a principal preocupação na aplicação desta medida.

Naturalmente, a experiência da aplicação destas regras poderá vir a ditar a sua revisão, sendo por isso importante a sua monitorização para garantir que estas exigências não comprometem, na prática, o objetivo de aumentar a atratividade do setor a jovens investidores.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA

A missão da AJAP no Brasil

A AJAP realizou recentemente uma missão de internacionalização no Estado da Bahia - Brasil, juntamente com empresários portugueses, esta visita serviu sobretudo para conhecer de perto as potencialidades do município da Barra para o Agronegócio. Houve oportunidade para visitar diversas áreas e ficou claro o potencial que este município brasileiro tem, atraindo investidores de diversas partes do Brasil e de outros países.



Foram assinados importantes protocolos de cooperação, com a Prefeitura da Barra, e ainda com a Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara, cidade situada a 433 quilômetros de Salvador. Os termos de cooperação técnica têm como objetivo a formalização da intenção das entidades de apoiarem-se mutuamente para viabilizar a transferência de conhecimento e tecnologias agropecuárias, especialmente na ovinocaprinocultura, adaptadas às pequenas e médias propriedades na área de intervenção da cooperativa por empreendedores rurais e técnicos associados à AJAP. A intenção é que sejam feitos projetos-piloto que num segundo momento poderão ser implementados noutros municípios desta região brasileira.



A assinatura desta parceria contou com a presença do vice-governador do Estado da Bahia e secretário Estadual do Planejamento, João Leão, que nos revela nesta entrevista a importância do trabalho realizado com AJAP.

AJAP: O caminho da internacionalização do setor agrícola passa por um trabalho conjunto entre governos e associações. Em que medida tem sido profícuo o protocolo estabelecido entre a AJAP e o Estado da Bahia?

João Leão: O protocolo foi assinado em 2013, entre a Secretaria de Agricultura do Governo da Bahia e a AJAP, com o objetivo de apoio mútuo na transferência de conhecimento e tecnologias agropecuárias adaptada às pequenas e médias propriedades. Esse é um instrumento que nos dá conforto para trocar experiências, conhecimento técnico e resultados de pesquisas e tecnologia em qualquer segmento da agropecuária da Bahia e de Portugal.

Desde esse compromisso, representantes da AJAP já estiveram na Bahia, em busca de informações como, por exemplo, da palma forrageira para alimentação animal (caprinos e ovinos). Visitaram as principais regiões produtoras, fazendas modelo e centros de pesquisa com o intuito de replicar algumas variedades adaptadas ao clima de Portugal.

A Bahia reúne o maior rebanho do Brasil de caprinos e o segundo maior de ovinos, mas ainda não avançou na produção de leite e queijo de cabra e ovelha e cortes especiais. Certamente, pode aprender com os produtores portugueses. Essa vai ser uma troca de conhecimento natural e que podemos fazer em pouco tempo.

AJAP: Tem vindo a verificar-se a transferência de conhecimento, nomeadamente no campo das tecnologias agropecuárias. É uma mais-valia para as pequenas e médias propriedades da Bahia?

J.L.: Sim, com certeza! A Bahia tem a maior população rural do Brasil e a maior concentração de pequenas propriedades. A maior parte dos alimentos que abastece a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades ou agricultura familiar. Mesmo com todo crescimento da agropecuária empresarial de grande porte, a agricultura familiar responde por 44% de tudo que se produz na agropecuária baiana, com faturamento anual de R\$ 3,74 bilhões, empregando 81% do pessoal total ocupado nas atividades rurais. Isso mostra como esse segmento é importante e, por isso, tem recebido atenção especial, tanto do governo federal como do

Estado da Bahia. E esse apoio passa por transferência de conhecimento e tecnologias adaptadas às pequenas propriedades. Temos avançado no emprego de práticas produtivas ecológicamente corretas, na diversificação de cultivos, menor uso de insumos industriais e a preservação do património genético e multiplicação de sementes. A Europa, como um todo, tem grande *expertise* na produção de orgânicos, certificações, agricultura integrada e agricultura de baixo carbono. Entendemos que podemos trocar conhecimento e tecnologias adaptadas às pequenas propriedades. Podemos ainda apoiar-nos nas alternativas comerciais, como o comércio justo internacional (*fair trade*), na participação em feiras internacionais para valorização dos produtos da agricultura familiar, promovendo intercâmbio entre os técnicos e os agricultores.

AJAP: Qual é na sua perspetiva a dimensão e importância que as Associações de Agricultores têm no caminho da internacionalização?

J.L.: A região nordeste do Brasil começou o seu movimento associativo e cooperativo tardiamente. Essa cultura está muito mais aguçada na região sul e sudeste do Brasil. O que não quer dizer que não tenhamos associações e cooperativas fortes, organizadas e pujantes. Temos, mas esse movimento é muito mais recente, o que demonstra que podemos aprender e trocar experiências, inclusive com a AJAP, no trabalho de consciencializar o agricultor sobre a importância do movimento associativo. Temos grandes casos de associações que organizaram a produção e deram passos importantes no processamento agroindustrial. O próximo passo é organizar a comercialização e essa etapa passa também pela internacionalização. A perspectiva é trilharmos esse caminho, em parceria com outros países, realizar intercâmbio de conhecimento, de empresários, de empresas, da cultura empreendedora, nomeadamente para os jovens agricultores.

AJAP: A internacionalização do setor não se reflete apenas nas exportações. Quais as vertentes que considera que mais podem contribuir para o desenvolvimento económico do setor, no âmbito da internacionalização?

J.L.: A internacionalização é algo mais abrangente que apenas comércio, sem dúvida. Esse processo passa por outras ações, como apoio técnico-científico, troca de conhecimento, financiamento internacional de projetos, formalização de parcerias, cooperação e intercâmbios. O contato/aproximação entre agricultores portugueses e baianos pode estimular essas parcerias e, quem sabe, a constituição de *joint ventures*, essenciais ao processo de internacionalização. Todas essas ações podem contribuir sobremaneira para o desenvolvimento do setor agropecuário, tanto baiano como português.

AJAP: Quais as potencialidades que a Bahia oferece aos agricultores e produtores que pretendam investir na zona?

J.L.: A Bahia tem uma diversificada produção agropecuária, com resultados significativos em quantidade e qualidade. Precisamos, no entanto, agregar mais valor ao segmento, ou seja, somos grandes produtores de matérias primas, mas precisamos avançar na industrialização da nossa produção. Identificamos várias oportunidades de investimento. Estamos em busca de parceiros que queiram investir na indústria têxtil, na fruticultura (sucos concentrados, doces, polpas de frutas, frutas congeladas e cristalizadas), nos grãos (indústrias para produção de alimentos e ração animal), cacau (indústria de chocolates finos), cana-de-açúcar (produção de etanol e açúcar) etc. Destacamos, ainda, oportunidades na pecuária, como: a bovinocultura de leite, na qual tem espaço para ampliar a indústria de produção de leite em pó, queijos e iogurtes; a ovinocaprinocultura voltada à produção de cortes e queijos especiais, leite e derivados. Não podemos deixar de citar atividades como a apicultura, avicultura, suinocultura e a pesca e aqüicultura. Não posso deixar de falar de uma grande aptidão de Portugal e que se tornou, na Bahia, uma oportunidade de investimento: a vitivinicultura. A Bahia tem-se destacado como um polo produtor de uvas, espumantes e vinhos, com destaque para a região do Vale do São Francisco e, mais recentemente, a região central da Chapada Diamantina. Na vitivinicultura seria de relevante importância contarmos com a *expertise* de produtores portugueses, o conhecimento e a experiência dos viticultores, aliado à disponibilidade de novas áreas de produção na Bahia, o que rapidamente elevaria o Estado no cenário nacional de produção de vinhos, espumantes e sucos, atendendo ao crescente mercado interno e de exportação de bebidas.

AJAP: Qual o potencial que a agricultura portuguesa tem no campo da internacionalização?

J.L.: Penso que o mundo vai demandar, nos próximos anos, por segurança alimentar, e essa oferta passa pelas mãos produtivas dos jovens agricultores que permanecem na atividade, mesmo com todas as dificuldades que é produzir alimentos em qualquer lugar no mundo. A agricultura portuguesa é exitosa em muitos segmentos e a característica empreendedora de seus negócios, a tradição, o conhecimento e a competência que tem são os elementos que lhes garantem condição de internacionalizar, muito além do comércio, realizando cooperação institucional, apoio em assistência técnica, em empreendedorismo, em promoção e marketing da pequena agricultura. Enfim o potencial é ilimitado ...

AJAP: A Bahia tem-se manifestado como um polo de investimento por parte de alguns produtores portugueses. Esta realidade tem criado novos postos de trabalho na região?

J.L.: Sim. Investimentos portugueses acontecem em vários segmentos da economia baiana. Passam pelos setores imobiliários e turísticos, serviços, industriais, energia renovável e também no agronegócio. Isso tem gerado evidentemente importantes postos de trabalho aqui.



ACADEMIA COMPAL 2015 NOVOS FRUTICULTORES

A Academia 2015, uma iniciativa de Formação do Centro de Frutologia Compal, teve como destinatários, este ano, empreendedores agrícolas que pretendiam instalar-se, aumentar ou reconverter a sua exploração, assente na produção de diversas frutas, necessitando de submeter um projeto de instalação detalhado até ao final do período da formação. No decorrer do programa, os participantes tiveram a oportunidade de adquirir e reforçar conhecimentos, estabelecendo igualmente um contacto mais próximo com algumas das principais entidades do setor agrícola.

Os três vencedores desta edição, Olívia Calvo, Márcio Pinheiro e Nuno Carvalho, receberam bolsas no valor de 20 mil euros que serão utilizadas na implementação dos seus projetos de desenvolvimento de explorações frutícolas.

Olívia Calvo pretende reconverter uma exploração em Resende com 4,25 hectares (ha) para produzir ameixa Rainha - Cláudia, cereja e figo, projetando uma produção anual de cerca de 40 toneladas dentro de 3 a 4 anos, num ano de boas colheitas. Márcio Pinheiro vai instalar um pomar de maçãs com 5 ha na região do Douro (zona de Armamar), cuja meta serão as 300 toneladas de produção num espaço de três anos. Já Nuno Carvalho optou pela implementação de um pomar com 15 ha de cerejas e pêsegos no Fundão, com a perspetiva de produzir a partir de 2018 cerca de 27 toneladas de pêsegos e 5 toneladas de cerejas.

Estivemos à conversa com os três vencedores para conhecermos o caminho percorrido por estes novos fruticultores.

Qual o motivo que o levou a dedicar-se à fruticultura?

Márcio Pinheiro: A minha grande motivação para ser Fruticultor, é mais do que um desejo é uma forma de estar, é a vida que quero ter. Ambiciono ter uma exploração capaz de me realizar, pessoal e profissionalmente, e conseguir proporcionar estabilidade financeira a várias pessoas e famílias através dos postos de trabalho que possa criar.





A necessidade de escoamento foi um fator decisivo na escolha da cultura?

Olívia Calvo: Tive o cuidado de escolher cultivares perfeitamente adaptados ao clima e solo da região e cuja procura no mercado, aliada à sua produção temporária, facilita o escoamento dos frutos (a cereja e o figo-pau característicos da zona de Resende e a ameixa Rainha-Cláudia como diversificação de produção). A adaptabilidade da cultura à região, em conjunto com a facilidade de escoamento, são os fatores fundamentais a ter em consideração na escolha da cultura.

A venda do produto será feita a nível nacional ou poderá destinar-se também à exportação?

Nuno Carvalho: Por enquanto estamos concentrados no mercado nacional. No entanto, o mercado internacional é um dos objetivos que gostaríamos de alcançar a longo prazo.

Que impacto teve a formação que frequentou na Academia Compal, para a solidificação do seu projeto?

Olívia Calvo: Foi determinante para a aquisição de conhecimentos indispensáveis para a concretização do meu projeto. Aprendi que a agricultura é realmente uma ciência. Permitiu-me ganhar tempo, evitando que eu cometesse alguns erros que iriam atrasar a concretização dos meus objetivos e deu-me os instrumentos necessários para aplicar da melhor forma o meu capital inicial e gerir o meu negócio no futuro.

Em que é que o seu projeto se destacou no âmbito da academia?

Márcio Pinheiro: O projeto que apresentei espelha exatamente o que tem sido o dia-a-dia na instalação das explorações, sabendo exatamente os valores de investimento, financiamento e a produção esperada. Apresentei em papel o que é na realidade o meu projeto de vida.

Recomendaria a formação a outros empresários agrícolas?



Porquê?

Nuno Carvalho: Sim, sem dúvida que recomendaria. Além de ficar a conhecer uma parte da indústria transformadora e a relação que existe entre esta e o produtor, a formação também nos permite ter uma visão mais ampla de toda a atividade inerente à produção agrícola.

A rede de contactos estabelecida durante a formação é um fator importante para o sucesso?

Olívia Calvo: É um dos fatores de sucesso, tendo em conta a qualidade dos nossos interlocutores, as funções que ocupam nas respetivas organizações e o apoio posterior que nos disponibilizam.

Que importância atribui às associações que estão ao serviço do setor agrícola?

Olívia Calvo: Das associações existentes para apoio ao setor agrícola, todas são importantes no papel que desempenham de apoio ao agricultor, no relacionamento com as entidades oficiais e apoio técnico no campo, dando orientações com vista à aplicação das melhores práticas de proteção do meio ambiente e criação de condições para melhoramento das suas produções em quantidade e qualidade, ajudando também os agricultores a beneficiar de apoios comunitários e governamentais. As associações criadas sob a forma de OP desempenham também um papel fundamental na implementação de soluções que aumentem a escala de produção e a força negocial, com vista ao armazenamento, comercialização e escoamento da fruta.

Márcio Pinheiro: São da maior importância pelo acompanhamento que nos dão no que respeita a legislação, aplicações de técnicas e métodos mais indicados e na procura e garantia de escoamento da produção.

Nuno Carvalho: Atribuo uma grande importância às associações que estão ao serviço do setor agrícola. Elas são um elo indispensável para o agricultor, são uma verdadeira fonte de informação.



MONTEVAL - “CONHECER E ENVOLVER PARA DESENVOLVER”

Dedicamos este número ao papel das associações e não podíamos deixar de eleger uma estrutura merecedora de destaque, parceira da AJAP desde 1996: a Monteval - Associação para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria.

A região do Nordeste Transmontano é uma região profundamente rural, sendo a agricultura a base económica desta região e em muitos casos a única fonte de rendimento de todo o agregado familiar. A agricultura da Terra Fria caracterizava-se por uma baixa produtividade, a qual é devida em grande parte à fragmentada área das explorações, à fraca e difícil mecanização das mesmas e ao baixo nível de formação e conhecimento técnico dos agricultores e trabalhadores rurais.

Foi neste contexto que a Monteval, uma Associação de Desenvolvimento Agrícola e Rural, sem fins lucrativos, surgiu em 1994, operando a partir de Bragança. Por ser uma estrutura de base local e independente, representa os agricultores e todos os residentes em meio rural da região da Terra Fria Transmontana, como também proporciona serviços indispensáveis ao desenvolvimento dos diversos setores de atividade, essencialmente a agricultura.

O objetivo social da Associação é conseguido diariamente com estudo, trabalho, dedicação e empenho de todos os técnicos envolvidos, sendo desta forma que a Monteval se mantém na vanguarda do desenvolvimento. Composta por 5 pessoas, com competências técnicas diversas, toda a atividade desenvolvida é da responsabilidade do mentor e fundador Eng.º Armando Bento, assessorado pela Dra. Arminda Lavadouro, coordenadora operacional há mais de 20 anos.

A Monteval consubstancia a máxima: “Sem agricultores não há futuro”.

Os objetivos:

- Manter uma equipa polivalente capaz de desenvolver um trabalho de aconselhamento e colaboração técnica às populações rurais;
- Manter um espaço de informação e formação o mais próximo possível das populações rurais;
- Elaborar planos de desenvolvimento das atividades;
- Permitir a organização das empresas agrícolas de forma a potenciar um aumento dos rendimentos da família;
- Serviço de contabilidade e gestão das explorações agrícolas, capaz de fomentar a organização das explorações em termos empresariais;
- Desenvolver e manter um instrumento pedagógico baseado na gestão e dirigido aos empresários agrícolas;
- Permitir a transferência tecnológica dos centros de investigação nomeadamente dos centros de ensino para o meio agrícola e rural;
- Potenciar a ligação entre as populações e as instituições intervenientes no meio rural.

Metodologia de intervenção:

- Acompanhamento individual aos agricultores;
- Procura de soluções globais para a especificidade das atividades agrícolas e do meio rural;
- Interação pedagógica entre a população e o técnico;
- Cooperação entre todos os intervenientes em meio rural (apoio aos residentes);
- Conhecimento profundo do meio e das explorações agrícolas, com o objetivo de elaborar meios eficazes de comunicação;
- Criação de uma figura técnica que se aproxima de um consultor técnico-familiar;
- Cooperação com outras organizações que tenham por vocação a intervenção neste meio.

Compromisso para atingir objetivos e organização:

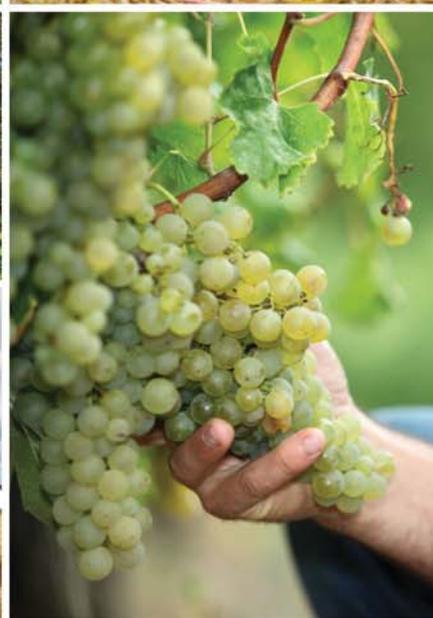
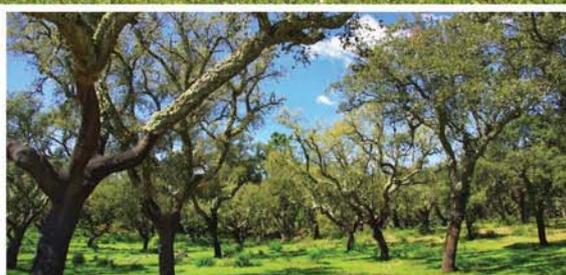
- Animação: permite estabelecer uma relação de confiança entre o agricultor e o técnico agrícola, alcançando uma dinâmica de cooperação;
- Informação: facultar aos agricultores informação pertinente em tempo e conteúdos;
- Mediação: função de mediação com todos os parceiros, tentando desenvolver um trabalho de cooperação tanto ao nível dos ocupantes do espaço rural bem como ao nível institucional;
- Formação: não é uma função limitada à formação tradicional em sala, qualquer ação junto dos agricultores deve ser entendida como uma sessão formativa tanto para o agricultor como para o técnico;
- Contabilidade fiscal e serviços técnicos: serviço prestado a 320 contabilidades e apoio técnico-administrativo (candidaturas, subsídios, snira, licenciamentos);
- Gestão e Projetos de Investimento – elaboração de todo o tipo de projetos solicitados (transformação, turismo, artesanato, restauração, e outras atividades) todos em meio rural, normalmente complementadas pela atividade agrícola da qual não estão dissociados.



CA Seguros Agrícolas

O FUTURO COM MAIS CERTEZAS.

VANTAGENS À SUA MEDIDA PARA QUE POSSA
GERIR A SUA EXPLORAÇÃO E EVITAR IMPREVISTOS.



**APOSTE NA SEGURANÇA E VIVA O SEU NEGÓCIO
COM CONFIANÇA NO FUTURO.**

Linha CA Seguros
+351 213 806 000
Atendimento personalizado
de 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 17h30

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida. Este produto é da Crédito Agrícola Seguros - Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A., Rua de Campolide, 372 - 3 Dtº 1070-040 Lisboa | Capital Social 18.000.000 Euros M.C.R.C. Lisboa e Pessoa Colectiva n.º 503 384 089.


CA
Seguros
Seguramente ao seu lado.
Grupo Crédito Agrícola



AGROECOLOGIA: JUNTARAM A AGRICULTURA À ECOLOGIA E O RESULTADO FOI ESTE

Bolota, uma protagonista do passado com lugar no presente

Nas proximidades de Montemor-o-Novo, junto à aldeia dos Foros de Vale Figueira, localiza-se a Herdade do Freixo do Meio. Nesta herdade faz-se não só uma exploração responsável, como também uma gestão eficiente do ecossistema do Montado (essencialmente de sobre e azinho), respeitando a sua multifuncionalidade e complexidade. Este modelo de gestão agroecológico resulta da união entre o Homem e a natureza, gerando um equilíbrio que permite a preservação dos recursos naturais (são aproveitados de forma diversificada e não intensiva) e da biodiversidade (coexistência de vários estratos arbustivos e herbáceos e espécies animais).

Desde 2001 que é praticada a agricultura biológica em todo o ecossistema da Herdade do Freixo do Meio, provando que a agroecologia é essencial na solução dos problemas que atualmente são enfrentados. No entanto, Alfredo Cunhal Sendim, responsável por este projeto desde o seu início sublinha que *“há falta de remuneração tendo em conta os efeitos positivos que este modelo produz...”*. Ainda assim, esta questão, nunca constituiu um entrave ao desenvolvimento e otimização deste modelo sustentável e ecológico praticado na Herdade do Freixo do Meio. Trata-se de uma procura de sustentabilidade económica a par da prática efetiva de políticas ambientais e sociais adequadas, invocando-se uma missão com altos padrões de exigência, conhecimento e inovação.

Com uma especialização produtiva assente no agro ecossistema do montado, o Freixo do Meio é responsável pela gestão de diversas atividades: desde silvícolas, agrícolas, pecuárias, frutícolas, hortícolas, transformação, distribuição e retalho

alimentar. Os reflexos de inovação estão espelhados em cada hectare, sendo a multiplicidade de produtos alimentares (o aproveitamento, a produção e transformação) um deles.

Há uma estratégia de diferenciação que assenta nas variedades, e nesse sentido, e como protagonista de alguns produtos, foi implementado um fruto que em tempos assumiu um importante papel na alimentação do povo lusitano. *“A bolota despertou o nosso interesse quando começamos a olhar para o montado. Estava lá. Abundante! A História foi o detonador”*, conta Alfredo Sendim. Conhecida por muitos e uma incógnita para outros, este fruto quase caído no esquecimento, tornou-se num novo estímulo para a alimentação humana, pois além de *“fazer parte da nossa identidade, o mais importante é a sua atualidade e pluralidade de utilidades.”*

Quais são as matrizes para contornar o modelo agrícola convencional, de forma a torná-lo sustentável e ecológico?

A transição do modelo atual químico/mecânico para a agroecologia só se pode fazer através de uma estratégia integral que envolva questões económicas, fiscais, de saúde pública, de compra pública, de educação, de ocupação do território, de emprego, de alimentação, de paisagem, de turismo, de proteção civil. Essencialmente, os agricultores atuais são simplificadores de ecossistemas e o que devemos fazer é ajudá-los e incentivá-los a compreender e usar a complexidade da natureza. Falta dotar o mercado de justiça e transparência bem como georreferenciá-lo, ou seja, premiar o que é compatível e promotor do funcionamento do planeta, e penalizar o que não o é.

Como surgiu a ideia de introduzir um alimento, quase caído no esquecimento, mas que em datas longínquas teve um importante papel na nutrição do povo lusitano? A energia gasta para produzir os nutrientes que uma bolota contém é incomparavelmente menor que a gasta para produzir os mesmos nutrientes em qualquer cultura anual. Uma azinheira produz muita bolota por ano, durante várias centenas de anos, com necessidades externas quase nulas se estiver em equilíbrio com o meio.



A bolota chegou a ser utilizada na alimentação humana em períodos de racionamento e escassez de cereais. Atualmente pode ser encarada como um substituto dos cereais ou apenas como complemento? Os cereais fazem parte da atual monotonia alimentar global. Os cereais que necessitamos hoje são completamente dependentes da energia fóssil pelo que estão presumivelmente condenados em tempo. Temos então o dever de tentar desenvolver alternativas. A bolota potencialmente pode ser parte da solução. Os *Quercus* são a árvore mais difundida pelo planeta, todos produzem bolota, e toda é comestível por humanos. A composição nutricional da bolota é mais adaptada ao ser humano do que qualquer cereal.

Há quem associe a bolota a um alimento exclusivo para animais, como os porcos. Por outro lado, há quem a associe aos períodos de fome e escassez. Estes estigmas estão a dissipar-se? São elementos culturais, há que respeitar mas não devem bloquear a evolução e a inovação.

Os produtos nos quais a bolota é utilizada têm tido uma procura significativa? Sim. O produto com maior procura é o pão e a bolota descascada que vendemos para pastelaria e restauração.

Além do pão, o fruto é utilizado na confeção de que bens alimentares? Hoje para além da venda de bolota e da produção de pão, produzimos bolachas, bolos, croquetes, hambúrgueres, sopas, bebida vegetal, infusão (tipo café)... A matéria-prima que vendemos é transformada por terceiros em doçaria (pastel de nata de bolota, brigadeiros), em Gin de bolota, em preparado para iogurte.

Quais são as propriedades nutricionais da bolota? A bolota é um alimento que equilibra extraordinariamente bem os hidratos de carbono com a proteína. É fundamentalmente um amido sem glúten, com cerca de dez por cento de ácidos gordos de alta qualidade (ácido oleico e linoleico), com um poder antioxidante fortíssimo devido aos taninos que contém, e com a presença de substâncias muito interessantes como o ácido cloragénico. É dos poucos pré-bióticos isentos de lactase que se conhecem.

Como funciona o processo (desde a apanha/seleção à transformação)? A apanha da bolota é feita do chão com auxílio de um aspirador de castanhas e um trator. É seca e congelada logo que possível para não se deteriorar. O processo de descasque e escolha faz-se na empresa Sortegel em Bragança e recebemos a bolota classificada por leitura ótica e ultracongelada, sendo essa a matéria-prima de todos os produtos.

Em que altura do ano é feita a apanha do fruto? Quando a bolota cai, entre outubro e janeiro.

Há bolotas doces e amargas (devido aos ácidos tânicos). Há alguma técnica para retirar o excesso de taninos? Todas as bolotas são adoçáveis através de lixiviação (lavagens) ou ação térmica - aplicação de um choque de calor- processo mais usado.

Acha que ao apostar nesta fileira com vista ao consumo alimentar, se poderá criar uma nova dinâmica nos espaços rurais e nos hábitos de consumo? Sem dúvida, mas para isso é necessário fazer escolhas. Parece-me importante também sublinhar que existem atualmente meios mais do que suficientes para o fazer.

A diversidade é considerada um elemento fundamental no seio agrícola. É através deste conceito que é gerada eficiência na utilização dos recursos? Sim, é certamente uma das chaves da otimização da utilização dos recursos pelos ecossistemas naturais, através de fenómenos como a cooperação e a complementaridade. No entanto, os modelos agrícolas desenvolvidos depois da segunda guerra mundial, e hoje dominantes, ignoram esta realidade e, focando-se apenas numa cultura (espécie), tentam simplificar ao máximo os ecossistemas, o que gera uma perturbação brutal de consequências desconhecidas.

Tendo em conta a pluralidade de propriedades que a bolota apresenta, já foi equacionada a sua utilização com outras finalidades que não as alimentares? Têm sido exploradas outras aplicações relacionadas com os taninos da casca pela Universidade Católica do Porto, mas existem muitos outros potenciais.

Desde que está na Herdade que múltiplos projetos e novas práticas se têm desenvolvido. Quais são as expectativas para um futuro próximo? Neste momento estamos concentrados na agroecologia aplicada, no desenho e implementação de um projeto de "Montado Novo", no desenvolvimento de um programa de CSA (Community Supported Agriculture) a que chamamos "Partilhar as Colheitas, CSA herdade do freixo do meio" e na economia social e de cooperação.



Formação Profissional – Uma aposta contí nua

Com os olhos postos no futuro, a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal continua a promover a formação profissional dos empresários agrícolas, com o objetivo de estimular e melhorar o seu desempenho profissional e o cumprimento de todas as normas em vigor.

Nesse sentido e com o intuito de potenciar a qualificação dos recursos humanos, a aquisição de novos conhecimentos e técnicas, tal como novas atitudes e comportamentos, a AJAP fomenta anualmente a realização de um amplo leque de ações de formação profissional um pouco por todo o país, com vista a dinamizar o espaço agrícola e rural em franca expansão.

Neste âmbito e no seguimento da parceria entre a AJAP e a Caixa de Crédito Agrícola do Vale do Dão e Alto Vouga, foram entregues no mês de dezembro os primeiros certificados consequentes do curso de formação de aplicação de produtos fitofarmacêuticos, a mais de uma dezena de formandos.

Na cerimónia, que decorreu na agência de Penalva do Castelo, esteve presente Luís Albuquerque, responsável por esta agência, Firmino Cordeiro, Diretor-Geral da AJAP, Vítor Gomes e João Coelho, Presidente e Administrador Executivo da Caixa de Crédito Agrícola do Vale do Dão e Alto Vouga, e Elísio Pais, técnico responsável pela formação.

Uma iniciativa bem-sucedida, que deixou cimentada a promessa de realizar novas formações e outras ações de divulgação relacionadas com a área da agricultura, em 2016.



Acompanhe a AJAP através da nossa página oficial no Facebook. Ligue-se a esta rede de Jovens Agricultores e fique a par de todas as novidades sobre o setor.



